

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 247

Período: 05/05/07 a 11/05/07

GEDES – Brasil

- 1- Convocações de militares para CPI podem ser notificadas à Aeronáutica
- 2- Aeronáutica acusa procurador do Trabalho
- 3- O Brasil e a utilização da energia nuclear
- 4- Argumento de segurança nacional é utilizado pelo governo para justificar questão com satélites
- 5- FAB planeja reforma no programa aéreo
- 6- Atuação das Forças Armadas nos Jogos Pan-Americanos
- 7- Operação realizada no Haiti pode ser utilizada no Rio de Janeiro

1- Convocações de militares para CPI podem ser notificadas à Aeronáutica.

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a seleção de militares para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que visa investigar a crise aérea brasileira, deverá ser notificada, em primeira instância, ao comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, devido o receio por parte dos militares de haver quebra na hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, tendo que ser, na opinião dos militares, o Comando da Aeronáutica o responsável por tais seleções. Tal orientação foi passada ao presidente da comissão, deputado Marcelo Castro, pelo chefe da assessoria parlamentar do Comando da Aeronáutica, brigadeiro Atila Maia, chefe da assessoria parlamentar do Comando da Aeronáutica. O brigadeiro ressaltou que não se pode convocar um controlador de voo sem ter outro para substituir sua função, assim, Saito determinará a ordem e as datas para os depoimentos. Tais observações foram encaradas como válidas por Castro. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou que a CPI e o Poder Legislativo têm poderes constitucionais para convocar os militares sem a necessidade de comunicar antecipadamente Saito. Para Chinaglia, a preocupação com a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas “não tem sentido” e que a CPI “poderá fazer a comunicação ao comandante da Aeronáutica, mas apenas por uma questão de cortesia”. Maia afirmou que os controladores não tiveram, por enquanto, uma orientação de como se portar perante a comissão. Foram apresentados, até o dia 07/05/07, 30 requerimentos de convocação, constando o ministro da Defesa, Waldir Pires – sendo o depoimento deste uma prioridade para os deputados tanto da base governista, quanto da oposição – o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro José Carlos Pereira, o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, controladores de voo (na maioria militares) e o coronel Rufino Antônio da Silva Ferreira, presidente da comissão da Aeronáutica que investigou a colisão, em Setembro de 2006, do Boeing da Gol com o jato americano Legacy, acidente este que será o primeiro a ser investigado pela CPI. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 05/05/07*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/05/07*; *Estado de S. Paulo – Nacional - 08/05/07*; *O Globo – O País - 08/05/07*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/05/07*).

2- Aeronáutica acusa procurador do Trabalho

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Aeronáutica acusou formalmente o procurador regional do Trabalho de São Paulo, Fábio Fernandes, de incitar controladores de voo a participar de um seminário sobre as condições de serviço da categoria na capital do Estado. Os militares afirmam que tal conduta não está em conformidade com o que é esperado de um membro da Procuradoria Geral da República. A Corregedoria Geral do Ministério Público do Trabalho em Brasília-DF já abriu um procedimento contra o procurador que investiga a situação dos controladores. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/05/07*).

4- O Brasil e a utilização da energia nuclear

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o relatório do Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas (IPCC - sigla em inglês), que afirma que a energia nuclear é uma alternativa concreta ao uso de combustíveis fósseis no combate ao aquecimento global, foi bem recebido pelo governo brasileiro, o qual, de acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, pretende retomar até o meio do ano seu programa nuclear e a construção da usina nuclear de Angra 3. O ministro afirmou que o Brasil tem condições de investir nesse tipo de produção energética, cujo maior obstáculo era a questão ambiental. O presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que visitará a Índia no início de junho, visa impulsionar um acordo bilateral com este país na área "soft nuclear", que envolve a pesquisa sobre o uso pacífico dessa tecnologia. Outro interesse brasileiro é no programa indiano de enviar uma missão tripulada à Lua até 2014, a parceria nesta área poderia evitar o sucateamento da base de Alcântara, no Maranhão. Além disso, segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), selecionou o Brasil para iniciarem um programa de aprimoramento das práticas de segurança em instalações nucleares que ocorrerá em diversos outros países. Uma missão-piloto visitou as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), localizada no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro. Para Samuel Fayad, diretor da INB, a inspeção prova que o Brasil tem interesse em atender aos requisitos internacionais sobre energia nuclear em seus novos programas. A visita não tem caráter de inspeção das instalações e sim de recomendação de melhores práticas. Foram analisados aspectos como organização, operação, manutenção, modificações na fábrica, proteção radiológica e tratamento de rejeitos. Segundo Pierre Nocture, um dos especialistas da missão, "o Brasil já requisitou missão similar para analisar os reatores de Angra. O país tem se mostrado aberto para isso e entendeu que não existe estabilidade em segurança, ou ela cresce ou diminui. E o Brasil fez opção clara por manter a segurança sempre em alta". Segundo *O Globo*, as recomendações iniciais de segurança, que incluem melhores práticas para armazenagem dos detritos gerados pelo processo, já começaram a ser implantadas nas fábricas que detêm o ciclo do combustível nuclear. A vistoria foi realizada durante a operação para recarga do reator de Angra 1, desde a chegada do urânio enriquecido até o fechamento do elemento combustível, armazenagem e transporte. Os relatórios com as recomendações de

segurança serão emitidos no prazo de três meses e a INB terá prazo de 18 meses para se adequar às novas regras, que serão estendidas para outras fábricas de combustível nuclear. O Brasil foi o escolhido para receber a missão-piloto porque concentram numa só área todas as etapas da fabricação do elemento combustível. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 05/05/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/07; Folha de S. Paulo – Ciência – 09/05/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/07/06)

5- Argumento de segurança nacional é utilizado pelo governo para justificar questão com satélites.

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro não tem participação na *Star One*, operadora de satélites da Embratel - os quais são utilizados gratuitamente pelo ministério da Defesa para realizar comunicações sigilosas, através de faixas de frequência conhecidas como “banda x” – como anunciado em 2004. Com tal participação (denominada Golden Share) o governo teria assento no conselho da *Star One*, garantiria o monopólio no uso da “banda x” e poderia vetar ações da empresa que afetassem a continuidade dos serviços. A inexistência desta, confirmada pelo ministério da Defesa, fará com que a partir de julho, o governo tenha que pagar aproximadamente R\$ 12 milhões por ano para transmitir informações militares utilizando o novo satélite da *Star One* (o C1) e, em janeiro de 2008, terá que pagar para usar outro novo satélite (C2). O Ministério da Defesa afirma que não há no país outra empresa que ofereça serviço de comunicação por “banda x”. O governo brasileiro, então, tem usado o argumento da segurança nacional para justificar a volta à administração de uma estatal privatizada, a Embratel. Além disso, outra preocupação que advém desta questão é relacionada à substituição do modelo de controle do tráfego aéreo, cujo novo sistema (CNS/ATM) trocará a uso de radares e rádios por satélites. Em audiência no Senado, no dia 12/04/07, o ministro da Defesa Waldir Pires demonstrou preocupação com o tema relacionado à melhoria da tecnologia da aviação. No entanto, para o diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da Agência Espacial Brasileira (AEB), Miguel Henze, o novo controle do tráfego aéreo é o motivador para o estudo de um lançamento de um satélite brasileiro, mas não o mais estratégico, que pare ele, continua sendo a questão da comunicação militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/05/07).

6- FAB planeja reforma no programa aéreo

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) possui um novo plano e programa para o setor. O plano consiste na compra de 26 caças supersônicos de 5ª geração, envolvendo um contrato superior a US\$ 1,3 bilhão, que ainda exigirá, segundo o jornal, ao menos dois anos de negociações. No entanto, o programa seria mais urgente e teria o objetivo de expandir todas as iniciativas de revitalização da frota aérea. O pacote atual recebe investimentos no valor de US\$ 2 bilhões e abrange a modernização de 53 caças AMX, a aquisição de 100 turboélices Supertucano, a revitalização de 8 quadrimotores P-3 Orion, a aquisição de 12 cargueiros médios C-295 e a transformação de 56 supersônicos F-5E Tiger II para a versão F-5M. Um novo pacote incorporaria tecnologias atualizadas, produzidas pelo consórcio formado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) com a israelense Elbit. O

jornal informou que o Comando da Aeronáutica deseja ter 120 caças no inventário e ainda confirmou uma discussão inicial com a Jordânia para o fornecimento de 12 supersônicos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/05/2007).

8- Atuação das Forças Armadas nos Jogos Pan-americanos.

De acordo com os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correa, as Forças Armadas não exercerão o papel de “polícia”, durante os Jogos Pan-americanos, os quais ocorrerão no Brasil, em julho de 2007. Após apresentar o planejamento de segurança ao ministro da Defesa Waldir Pires, e para os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, Correa afirmou que as Forças Armadas complementarão o plano de segurança cumprindo apenas suas funções constitucionais. O Exército dará apoio logístico à Força Nacional de Segurança e abrigará soldados nos quartéis da cidade, posição afirmada também pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro. A atuação das Forças nos jogos nada tem a ver com o pedido do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sobre a atuação das Forças na Segurança Pública da capital do Estado, Rio de Janeiro. (O Globo – Rio – 08/05/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/05/07).

9- Operação realizada no Haiti pode ser utilizada no Rio de Janeiro

Segundo *O Estado de S. Paulo*, a operação das tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), especialmente a que pacificou a região de Cite Soleil, considerada a mais violenta do país, que contou com a expulsão e prisão de bandidos, foi elaborada nos moldes de ações já estudadas pelas Forças Armadas para aplicação numa possível intervenção das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista o pedido feito pelo governador do Estado, Sérgio Cabral Filho. A estratégia prevê operações integradas de órgãos de segurança e a ocupação simultânea de redutos de gangues, aliadas a programas sociais que visam ganhar a simpatia e confiança da comunidade. O coronel Cláudio Barroso Filho, comandante da Minustah, afirmou que a ação poderia ser aplicada no Rio de Janeiro com sucesso. A pacificação da favela de Cite Soleil, que possui 300 mil habitantes, foi consolidada numa operação de 10 horas, ocorrida em 09/02/07. As vias de acesso à favela foram fechadas, a população deixou suas casas e passou por um processo de triagem. Suspeitos foram separados com a ajuda de um arquivo com fotografias e dados dos principais criminosos do país. As casas também foram revistadas em busca de criminosos e armas. Para Barroso, “o que seria necessário no Rio é a integração das Forças Armadas com órgãos de segurança na condução de operações policiais e militares, com a participação e comprometimento de diferentes setores da sociedade, governamentais ou não”, embora advirta que a intervenção tem que se dar a partir do momento em que o Estado de declarar incapaz de conter a onda de violência. As Forças Armadas não devem assumir funções policiais, perdendo, assim, sua verdadeira função constitucional. Além das diferenças entre o trabalho policial e o militar, as Forças Armadas temem as conseqüências legais de seu envolvimento direto no combate ao crime. Segundo o comandante do Exército, general Enzo Peri, atualmente ainda existem militares respondendo processo

por atos cometidos na Operação Rio – intervenção militar ocorrida na Segurança Pública do Rio de Janeiro em 1994. Segundo os militares, o Haiti tem sido uma espécie de “escola” para este tipo de operação que envolve a sociedade civil. Já para Cabral, o uso da estratégia empregada até agora no Haiti está descartado, sendo que para ele o Exército deveria atuar durante um ano no Rio, com mil militares, que teriam poder de polícia, devendo encaminhar os presos às delegacias. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/05/07)

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).